Cem anos de Capanema

Simon Schwartzman

Resenha de Murilo Badaró*, Gustavo Capanema - A Revolução na Cultura*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000.

Quando escrevemos um livro, ou comemoramos uma data, como os 500 anos da descoberta do Brasil, ou o centenário de Gustavo Capanema, estamos sempre dizendo alguma coisa, transmitindo alguma idéia, colocando alguma questão. Que nos diz Murilo Badaró com este trabalho extenso e minucioso, de quase quinhentas páginas, sobre Gustavo Capanema e a cultura brasileira?

O principal que nos diz, e sobre isto não há discordância, é que Capanema foi um homem sério, honrado, estudioso, que procurava dar à vida política um sentido que ia além da simples disputa pelo poder, e que teve um papel importante na criação de nossas instituições educacionais e culturais. Seguindo o fio da vida pública e da perspectiva de Capanema, Badaró nos permite acompanhar e entender melhor a participação de Minas Gerais na Revolução de 30, os detalhes do golpe de 1937, a opção de Vargas pelos aliados na Segunda Guerra, a volta de Getúlio em 1950, o suicídio em 1954, e os desenvolvimentos políticos até o final da década de 70, quando Capanema se retira da vida pública, para falecer alguns anos depois.

Badaró nos diz também, no título do livro, que Capanema fez uma "revolução na cultura" brasileira, e aí o significado de sua mensagem é menos claro. O capítulo intitulado "A Revolução Cultural", de menos de dez páginas, começa pela relação dos intelectuais que circulavam ao redor do Ministério da Educação nos anos 30, menciona os vínculos entre o Ministro e Alceu Amoroso Lima, então líder do pensamento católico conservador, e insiste que Capanema se mantinha aberto a todas as correntes de pensamento, inclusive os da esquerda, terminando com uma extensa citação do jornalista Villas-Boas Corrêa a respeito. Vemos que Capanema acompanhava com simpatia as idéias dos modernistas, mantinha um esquerdista, Carlos Drummond, como seu chefe de Gabinete, encomendava trabalhos a Portinari, tido como comunista, e levou à frente o projeto arquitetônico do edifício do Ministério da Educação (em um estilo modernista que, por razões hoje difíceis de entender, era também considerado "progressista"). Capanema foi ainda o criador do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, a partir de um projeto de Mário de

Andrade, e se preocupou com a Biblioteca Nacional, com o Canto Orfeônico, o Rádio, o Teatro, e várias outras iniciativas.; enquanto, ao mesmo tempo, aceitava os vetos de Alceu para cargos no ministério, copiava a legislação educacional italiana, contratava o arquiteto de Mussolini para edificar a Cidade Universitária, fechava a Universidade do Distrito Federal, e tentava proibir o trabalho feminino.

Comparado com os anos da República Velha, em que estas questões não estavam na agenda dos presidentes e ministros, foi sem dúvida uma revolução. Comparado com os tempos de Pedro II, no entanto, não há muitas novidades[1]. Ambos, Capanema e D. Pedro, acreditavam na importância da cultura, gostavam de se cercar de intelectuais e literatos, exerciam o mecenato, e criaram instituições educacionais e culturais (D. Pedro, aliás, viajava pela Europa, era membro de academias de ciência estrangeiras, e tinha muito mais sensibilidade para a ciência e a tecnologia que Capanema, que, provinciano, aparentemente nunca viajou para fora do país). Ambos, no entanto, faziam da ciência, da cultura e da educação uma atividade de elite, centralizada, administrada burocraticamente, que não conseguia sobreviver fora da proteção e cooptação do Estado.

O pouco que o Brasil teve de uma revolução na cultura e na educação no início deste século ocorreu com a Semana de Arte Moderna de 1922, pelas discussões sobre a educação promovidas pelos "Inquéritos" sobre a educação nacional liderados pelo jornal *O Estado de São Paulo* e continuadas pelo movimento da Escola Nova liderado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e vários outros, e com a criação da Universidade de São Paulo em 1934. A Semana de Arte Moderna serviu para legitimar os temas brasileiros e a busca de uma linguagem e um estilo livres de comunicação; e os movimentos pela educação, pela primeira vez, colocaram em pauta a necessidade de organizar no país um sistema de educação pública para toda a população, coisa que a Europa já havia realizado desde o século anterior. Esta movimentação se dava em meio a embates ideológicos intensos, onde os autoritarismos fascistas e de esquerda se digladiavam e confundiam, e onde o catolicismo conservador, a partir do Centro Dom Vital, buscava assumir o controle das atividades educacionais e culturais (ao contrário do que diz Murilo Badaró sobre isto, a disputa nos anos 30 não entre ensino público e privado, como nos anos 60, mas pelo controle da educação pública)

---

[1] Veja, sobre D. Pedro, Lilia Moritz Schwarcz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos* (São Paulo, Companhia das Letras, 1998);

O resultado de tudo isto foi abrir uma pequena janela de educação e modernidade que, no entanto, ficou limitada às camadas médias e altas das grandes cidades, deixando à margem a grande maioria da população, e mantendo o Brasil, como ainda hoje, como um dos países mais desiguais e relativamente menos educados em todo o mundo. Quando, em 1984, publicamos *Tempos de Capanema,* agora em segunda edição[2], nossa questão implícita era entender porque esta revolução que se iniciava se estiolou, e que papel teve nisto o regime de Getúlio Vargas e o Ministério de Gustavo Capanema. A resposta, acredito, é que, apesar do cultivo da cultura, das artes e dos temas educacionais, o Ministério da Educação daqueles anos ajudou a consolidar o modelo de "modernização conservadora" e excludente que caracterizou o regime Vargas como um todo. Gestos de mecenato e a construção de edifícios e monumentos arquitetônicos são perfeitamente compatíveis com este modelo, e é fácil entender como podem fascinar a muitos intelectuais. No entanto, descentralização, autonomia, pluralismo autêntico, transferência efetiva de recursos e poder, estímulo à iniciativa e à criatividade, nada disto era aceitável ou compatível com uma política educacional e cultural aonde tudo deveria ser previsto, regulamentado, e comandado do centro. Foi assim que a Universidade do Distrito Federal foi fechada; que Anísio Teixeira, educado nos Estados Unidos, foi perseguido como comunista perigoso; que os imigrantes perderam o direito de educar seus filhos em sua língua materna; e que iniciativas pioneiras como as reformas educacionais dos anos 20 e 30 em Minas Gerais e na Bahia acabaram se perdendo.

Murilo Badaró não ignora a maioria destas questões, mas passa por elas demasiado rapidamente. O livro acompanha a vida política de Gustavo Capanema após 1945, como deputado e senador, mas pouco ou nada é dito, para estes anos mais recentes, sobre seu envolvimento com temas culturais e educacionais, incluindo a grande polêmica sobre a Lei de Diretrizes e Bases de 1961. É possível dizer que, hoje, novas luzes começam a surgir sobre os temas da educação, que retomam a importância e a prioridade que nunca deveriam ter deixado de ter, buscando se livrar da camisa de força da legislação e dos hábitos estadonovistas. Da revolução da cultura, infelizmente, pouco resta, a não ser um Ministério que parece viver ainda das reminiscências dos anos trinta.

Nada disso desmerece o trabalho de Murilo Badaró, que, combinando materiais de arquivo, entrevistas, fontes secundárias e, sem dúvida, sua própria experiência e vivência na política mineira, nos proporciona um quadro rico e detalhado de uma

---

[2] Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa, *Tempos de Capanema*, Editora Paz e Terra / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2ª. Edição, 2000.

figura importante da história brasileira. Até entendermos bem de onde viemos e aonde queremos chegar com nossa educação e nossa cultura, teremos sempre que estar voltando àqueles tempos, e este livro é um guia precioso para isto.